

PAIDEIA



Nº 03, setembro-outubro de 2016.

Publicação de Filosofia e Sociologia do Colégio Estadual do Paraná

Blog: projetopaideia.wix.com/projetopaideia

Facebook: Projeto Paideia

Email: paideia@cep.pr.gov.br

CONHECIMENTO CIENTÍFICO COMO FORMA DE PODER?



Estátua *O Pensador* de Auguste Rodin (1902)



Imagem de experimento médico nos campos de concentração nazista

QUEM SOMOS?

A presente revista é uma publicação organizada pelos professores e coordenações de sociologia e filosofia do Colégio Estadual do Paraná. O objetivo desta revista é o mesmo intuito que a Paideia tinha para os cidadãos gregos de outrora: contribuir para a formação de cidadãos plenos, dotados de senso crítico e de capacidade de reflexão. Os textos publicados nessa revista são em formato de artigo científico, resenhas de livros ou filmes voltados a temas que envolvam os conhecimentos científicos, filosóficos, artísticos e literários que são objeto de ensino-aprendizagem no colégio.

Os artigos escritos são de inteira responsabilidade de seus autores. A revista possui uma periodicidade bimestral, totalizando 04 edições anuais.

Corpo Editorial

Editor Responsável: Ney Jansen Ferreira Neto

Conselho Editorial: Luciana Paula da Silva de Oliveira, Murilo Cesar Erhig, Ney Jansen Ferreira Neto, Wilson José Vieira.

Normas para publicação

A Revista digital Paideia é uma revista aberta a colaboração de professores, funcionários e alunos do Colégio Estadual do Paraná. Os artigos, resenhas de livros e filmes são submetidos ao conselho editorial que estabelece previamente a pauta das edições. Os artigos devem obedecer as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) referentes a publicação e devem ser voltadas a temas que envolvam os conhecimentos científicos, filosóficos, artísticos e literários que são objeto de ensino-aprendizagem no colégio.

Endereço para contato

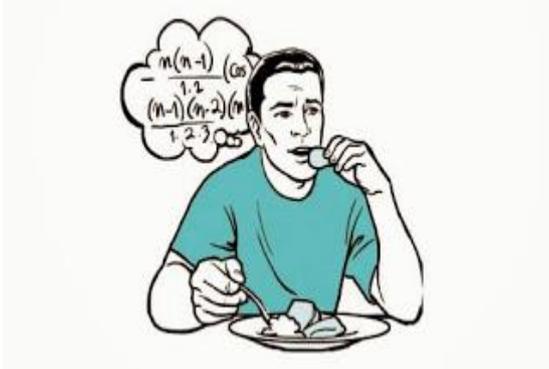
Colégio Estadual do Paraná. Avenida João Gualberto, nº 250. Alto da Glória. CEP: 80030-000. Curitiba-PR.

Telefones: (41) 3234-5610; (41) 3234-5626

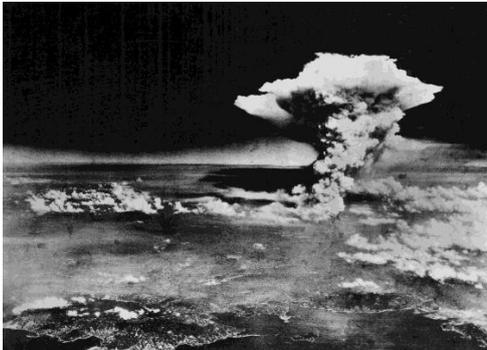
Colaboraram com esta edição: Lucas Strugala; Marcus Vinícius Ribinski; Maria Thereza Nardotto Macedo; Ney Jansen Ferreira Neto, Vilma Luzia Dolinski.

SUMÁRIO

Editorial:
**Conhecimento científico como
forma de poder?**
(Página 04)



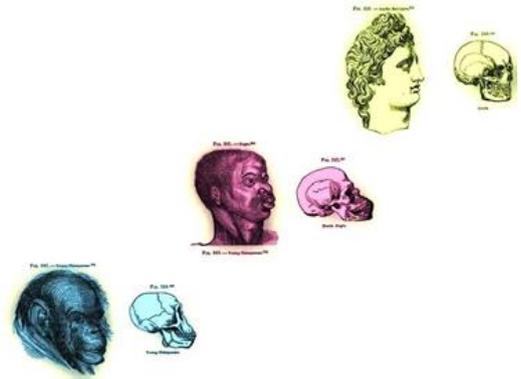
**Exatas e Humanas: uma
complexidade muitas vezes ignorada.**
Maria Thereza Nardotto Macedo (3º L)
(Página 06)



**Ciência como instrumento
político de dominação**
Profº Lucas Strugala
(Página 08)



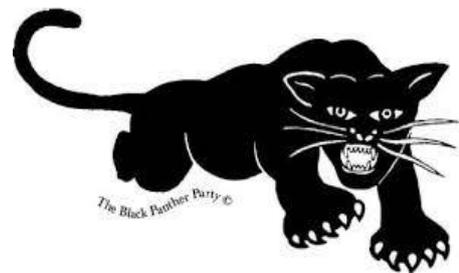
Política e Conhecimento
Profª Vilma Luzia Dolinski
(Página 11)



**Raça como discurso científico e o
racismo institucional.**
Profº Ney Jansen
(Página 15)



**Um comentário sobre a origem do
ordenamento jurídico em Maquiavel**
Profº Marcus Vinícius Ribinski
(Página 21)



**Resenha Filme
Panteras Negras**
Profº Ney Jansen
(Página 24)

EDITORIAL

CONHECIMENTO CIENTÍFICO COMO FORMA DE PODER?

Apresentamos a edição número 03 da revista PAIDEIA, publicação de sociologia e filosofia do Colégio Estadual do Paraná. Neste número trazemos como tema central a reflexão: “Conhecimento científico como forma de poder”.

A escola é o espaço da apropriação do conhecimento científico acumulado pela história da humanidade. A ciência, como dizia o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), é produto do meio social, e está imersa em relações de interesse e poder, impossibilitando sua “pureza” e neutralidade. O “campo científico” como dizia Bourdieu, possui uma estrutura que engendra uma série de hierarquizações baseadas no capital social e simbólico alcançado ao longo de uma carreira, traduzindo-se em prestígio e reconhecimento em determinada área de conhecimento. Aqueles que encontram-se na posição dominante, estão em posição de ditar e definir o que é ou não legalmente “científico”, através de uma autoridade já estabelecida.

Iniciamos a revista com o excelente artigo da aluna **Maria Thereza** do 3º L intitulado “**Exatas e Humanas: uma complexidade muitas vezes ignorada**”.

No artigo Maria Thereza começa com a seguinte provocação: “*Como você se classificaria? De exatas, humanas ou de biológicas?*” Recusando essa falsa distinção que busca carimbar pessoas como tendo habilidades exclusivas para cada área, alertando para as possibilidades tenebrosas do projeto “Escola sem Partido”, Maria Thereza discorre sobre a suposta não preocupação com o social para quem é de exatas, bem como a falsa visão de que humanas é “só decoreba”.

Referenciando-se em Rene Descartes, um dos gênios da matemática e pai da metodologia científica moderna, Maria Thereza apresenta que foi nas aulas de filosofia que foi aprender sobre o matemático. Platão, Pitágoras, Aristóteles, Leonardo da Vinci, são lembrados pela autora como pensadores que tinham um conhecimento vasto em diversas áreas (exatas, humanas, biológicas).

O ser humano tem uma necessidade insaciável de saber o porquê das coisas. Não basta, lembra Maria Thereza, decorar uma fórmula

matemática ou física, sem saber por exemplo, o porque o sinal de uma equação muda de um lado para o outro. Assim como tudo o que fazemos no dia a dia tem relação com física, química, matemática e seus conceitos, precisamos de mais “humanas”, no sentido de compreender a sociedade em que vivemos alerta Maria Thereza.

Na sequência apresentamos o artigo do professor de sociologia **Lucas Strugala**, intitulado “**Ciência como instrumento político de dominação**”. No artigo o professor Lucas cita de frases de um físico, um astrofísico, um geneticista, um antropólogo e a um escritor para evidenciar como a ciência não é um saber antagônico a outros saberes tradicionais.

Tendo como referência os estudos antropológicos, o professor Lucas demonstra as conexões entre o saberes chamados de tradicionais e científicos. Bem como alerta para o fato de que a ciência não é neutra, é um conhecimento que pode ser usado para fins políticos, com o objetivo de atender a paixões e a orientações ideológicas.

Na sequência temos o artigo “**Política e Conhecimento**”, 3º capítulo do especial sobre Hannah Arendt, da professora de filosofia **Vilma Luzia Dolinski**. No artigo a professora Vilma inicia com a pergunta: “O conhecimento científico, tal como é produzido e ensinado, colabora para a emancipação e formação humana ou seria ele o principal entrave que impede o(a)s cidadã(o)s da participação e exercício da vida política?”

Voltando a gênese da era moderna, das grandes navegações, do declínio da fé, passando pela expropriação das terras comunais, a revolução industrial e científica, a professora discute como as “certezas inabaláveis” não existem, lembrando de Descartes quando este percebeu que não podia pôr em dúvida o fato de estar duvidando. A tecnologia lembra Vilma, que demonstra a verdade dos conceitos científicos é produto da mente humana que criou realidades hipotéticas, mas não nos dá acesso à própria realidade.

De acordo com a professora Vilma “*Enquanto um(a) adolescente não entender o significado da fórmula da água (H₂O) isso continuará sem sentido para sua existência, porém o problema reside na crença que o(a) adolescente*

adquire na escola de que a verdade da água é H₂O e não no que os seus sentidos dizem, que a água existe para matar a sede de plantas e animais e não é produto criado por cientista e seus financiadores”.

A professora Vilma advoga a necessidade urgente de se rever como os conhecimentos científicos são ensinados: as fórmulas, cálculos e textos decorados e que são depois despejados em concursos e provas sem significados para a existência.

Na sequência temos o artigo do professor de sociologia **Ney Jansen** intitulado **“Raça como discurso científico e o racismo institucional”**. No artigo o professor aborda a questão racial partindo inicialmente dos estigmas e estereótipos socialmente construídos para se chegar ao uso do termo raça e a prática da racialização sob fundamentação pseudo-científica.

Partindo de alguns exemplos das práticas racialistas no contexto pós-abolição da escravidão no mundo (final do século XIX, início do XX), o professor Ney Jansen chama a atenção do leitor que foi quando a escravidão entrou em declínio no mundo no final do século XIX, que a ideia de segregação racial aparece para se segregar indivíduos formalmente livres e iguais.

No artigo o professor lembra como o discurso da autoridade científica serviu de justificativa não apenas para o neo-colonialismo das potências imperialistas europeias do século XIX e XX na África ou Ásia, mas como servia de justificativa para se segregar indivíduos formalmente livres e iguais nas sociedades pós-escravidão como nos Estados Unidos, África do Sul e Brasil.

Por fim, o professor faz referência ao racismo “brasileiro” diferenciando-o do aplicado nos Estados Unidos ou na África do Sul e tecendo considerações sobre o chamado “racismo institucional”.

Na sequência temos o artigo do professor de filosofia **Marcus V. Ribinski** intitulado **“Um comentário sobre a origem do ordenamento jurídico em Maquiavel”**. Iniciando o artigo com as perguntas “Qual é finalidade de uma lei? Qual é o fundamento filosófico que dá sustentação e dá suporte à autoridade que cria as leis e, em último grau, o sistema político-jurídico como um todo?”, o professor Marcus vai buscar em Maquiavel respostas a estas perguntas.

O conflito, o campo de forças que é o princípio gerador da autoridade para Maquiavel, é no fundo o conflito entre “os grandes e o povo”, ou entre aqueles que desejam comandar e oprimir e o povo, que não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes”.

Fazendo algumas aproximações entre Maquiavel e Marx, presentes na reflexão do pensador Claude Lefort, o professor Marcus destaca o sentido de que a política é conflito e não deve ser pensada de forma cosmológica ou teológica. É no conflito social que as aspirações ou ambições do povo são postas em evidência. Citando Maquiavel, o professor Marcus afirma que para o pensador florentino não se pode tomar esses tumultos de maneira negativa: são eles que produzem a ordem republicana e eles jamais serão perniciosos à ordem livre – já que essa é uma característica que define o povo em oposição aos grandes (a vontade de não ser oprimido). Desse conflito é que se pode criar uma nova ordenação jurídica.

Pensando na temática do conflito, finalizamos a presente edição com a resenha feita pelo professor Ney Jansen do filme **Panteras Negras**. A história, retratada em filme, dá-se a partir de dois de seus fundadores, Huey P. Newton e Bobby Seale, dois jovens que se conheceram no início dos anos 1960, no *Meritt Junior College* em *West Oakland*. O movimento *Black Panthers* que usava uma Pantera como símbolo e a frase *“All power to the people”* como lema, influenciou gerações, tanto nos Estados Unidos como em outros países.

A cativante história dos Panteras Negras, movimento que surge na continuidade da luta pelos direitos civis, nos leva a refletir quando a “voz dos sem vozes” ameaça desarticular o edifício do poder, o Estado busca garantir a “ordem”, a ordem de um sistema de dominação de classe e de opressão racial.

Curitiba, Setembro de 2016.

EXATAS E HUMANAS: A COMPLEXIDADE HUMANA MUITAS VEZES IGNORADA

Maria Thereza (3º L)



Como você se classificaria? De exatas, humanas ou de biológicas? E se de repente você percebesse que quer cursar física, mas é também genial em filosofia, isso faria de você uma pessoa de exatas ou de humanas? E se você sonhasse em cursar medicina, mas fosse ao mesmo tempo um poeta incrível, isso faria de você uma pessoa de biológicas ou de humanas? Já parou para pensar que todos temos uma insaciável vontade de nos classificar de alguma forma, de ter algo acima de nós que não faça com que pareçamos sozinhos?

Começo esta reflexão afirmando: pessoas não são nem de exatas, nem de humanas e nem de biológicas. As disciplinas e os cursos podem ser classificados de acordo com a área que abrangem, porém, seres humanos são mais complexos que isso.

Essa pragmática divisão social, leva a discriminações que devem ser desconstruídas em nome da empatia. Pense só, toda sala tem aquele aluno que é um gênio matemático. Qualquer equação, qualquer problema que se colocar para que ele resolva que envolva números certamente será resolvido corretamente. Mas esse mesmo aluno não escreve muito bem, e em matérias como História tira nota suficiente para passar, nada muito enfático. E em todas as salas tem também aquele aluno que nas aulas de filosofia é o mais questionador, levanta reflexões incríveis, tem um pensamento abrangente sobre o mundo e questões humanas, se preocupa com os animais e com a natureza. Mas esse aluno tem dificuldades para entender uma simples equação matemática.

E o que a grande maioria das pessoas pensa sobre ambos os alunos?

O primeiro, tudo bem ele não ser bom em História, ele certamente é o mais inteligente da turma, afinal, matemática é a matéria mais difícil de se aprender. Afirmação que discordo, já experimentou ler um texto original de um filósofo clássico? Pois o segundo aluno entende com facilidade qualquer texto que der a ele, mas mesmo assim é taxado como o garoto que viaja em seu próprio mundo, que aplaude o sol e que passa a vida confiando que o troco está certo. Não é louvável em nossa sociedade que uma pessoa tenha pensamento crítico e não seja bom em cálculos.

Aquela pessoa “de exatas” é considerada o modelo de inteligência, que todos deveriam invejar. E aquela pessoa “de humanas” é o miçangueiro que não faz nada de útil e que provavelmente vai passar fome. E mais, perceba que nesse meu exemplo eu não citei em nenhum momento as biológicas. Afinal, as pessoas “de biológicas” são as estranhas incompreensíveis. O preconceito é tão grande que se sente uma necessidade de polarização extrema. A disputa frequente é entre exatas e humanas, as pessoas que optam pelas biológicas não são lembradas nem para essa briga sem sentido. É lamentável como concordamos em seguir de bom grado esse modelo social de constante competição e nos colocamos uns contra os outros, tentando a todo tempo desmerecer quem é diferente da nossa realidade.

E se eu falar para você, caro estudante que se considera de exatas, que todas as matérias são essencialmente de humanas? Por que insistimos em afirmar que quem é bom com números não pode refletir sobre o mundo? Isso é lastimável. Não cabe a mim generalizar, mas parece, muitas vezes, que nossos professores das exatas não se importam com possibilidades tenebrosas como o “Escola Sem Partido”.

Nos protestos a favor de uma causa, encontramos professores de história, filosofia, sociologia, e raras vezes os de matemática, os de

química, os de física. Onde está escrito, quando foi decretado, que se você se auto-classifica de exatas você é vetado de se preocupar com questões sociais? E pior, experimente dizer que vai cursar química e alguns dias depois ajudar seus amigos em filosofia. “Mas você não era de exatas?” “Vai partir pras miçangas agora” “Nunca imaginei que pudesse ser bom com isso”.

Criticamos tanto aquelas pessoas da área de exatas por não se preocuparem com o que acontece no âmbito social, e quando elas se colocam a refletir as apedrejam. Experimenta ser “de exatas” e tentar entender um problema social e acabar cometendo algum erro, vai surgir dezenas de pessoas dizendo que aquela ali não é sua área, que você deve voltar para os números, isso ao invés de politizar a pessoa. Ninguém é perfeito, ninguém tem suas ideias primárias inquestionáveis. Todo mundo pode ser ensinado e deve-se ensinar se queremos um pensamento crítico cada vez maior na sociedade. E inclusive, um constante exercício que deve surgir por parte de quem é da área de exatas é ser menos “de exatas”. Pense assim, as pessoas que são boas com números são extremamente sistêmicas, e esse método funciona muito bem para cálculos matemáticos, mas não é assim tão eficaz quando se trata de aprender história, por exemplo. Por isso que muitos dizem que não aprendem história por ser uma matéria para se decorar, porque não aprenderam a refletir sobre os fatos e interligá-los no tempo. Matérias diferentes exigem metodologias diferentes, e percebê-las cabe ao aluno, e também ao professor ensinar, e em especial aqueles que encontram maior dificuldade na matéria.

E as pessoas “de humanas” nas aulas de exatas? Dessas, já nem se espera que possa tirar uma nota superior a 7,0. Para essas, o professor de matemática nem pergunta a resposta do problema apresentado no quadro, ignora que a matemática certamente será de grande importância e uso no futuro desse aluno. Acontece que o principal problema das matérias que envolvem números é não serem “humanas”.



Como são as aulas de português, por exemplo? O professor passa as regras gramaticais, e então formula frases, lê textos e explica a origem de cada regra para que se absorva e se compreenda o sentido de se aprender e aplicar. Mas e como são a maioria das aulas de matemática? O professor passa uma teoria introdutória (alguns nem passam) e apresenta a fórmula. E então ele exemplifica num exercício e você é obrigado a aceitar que é daquele jeito. Por exemplo, por que, em uma equação de 1º grau, quando movemos um número de um lado para o outro do sinal de igual seu sinal (+ ou -) muda?

Acredito que se perguntar para várias pessoas, poucas saberão responder de uma maneira compreensível. A resposta é: quando se muda o número de lado, você está tirando de um e colocando em outro lugar, então se deve mudar o sinal para compensar. E não, eu não aprendi isso em matemática, eu aprendi nas aulas de filosofia da 2ª série. O ser humano tem uma necessidade insaciável de saber o porquê das coisas. Isso deve ser levado em conta quando tenta se colocar uma informação na mente de um aluno. E inclusive, cabe ao aluno compreender que tudo que usamos em nosso dia-a-dia envolve matemática, física, química. Não se pode simplesmente ignorar esses conhecimentos. Pergunte, questione, procure saber, mas não jogue conceitos importantes fora.

Não, eu não estou afirmando que se deve ser bom em tudo, mas que não se deve limitar e dizer de maneira pré-concebida que não é bom nisso ou naquilo. Julgue assim, você pode ser muito bom nos conteúdos de física do 1º ano, mas não entender muito bem os dois anos seguintes. E ao mesmo tempo não compreender gramática, mas amar literatura. Isso não faz de você hora de exatas hora de humanas, mas faz de você uma pessoa com uma complexidade normal a todos.

Um simples exemplo para que fique claro: René Descartes. Este é um dos principais gênios da matemática do século XVII. Foi ele quem propôs a junção entre Álgebra e Geometria, criando assim a Geometria Analítica. É também uma criação dele o Sistema de Coordenadas, conhecido como Plano Cartesiano. Pois bem, não me lembro de ter aprendido em matemática sobre Descartes no colégio. Pois é na filosofia que se aprofunda na vida e obras desse autor, afinal, ele é considerado o pioneiro do pensamento filosófico moderno. Desenvolveu durante sua vida o Método Cartesiano que consiste numa prática para alcançar conhecimento pleno. De acordo com o filósofo,

deve-se excluir de sua mente toda ideia que puder ser questionada. Chega ao ponto de duvidar de sua própria existência, se tornando uma referência no ceticismo. E para que se alcance a verdade, deve-se verificar, analisar, sintetizar e enumerar. Sua obra ensina a dividir os grandes problemas em pequenas partes para que analisando cada uma se chegue a uma certeza inquestionável. Inclusive, essa linha é a base para se resolver uma equação matemática, por exemplo. Então como René Descartes deve ser classificado? Exatas? Humanas? Sinceramente, não acredito que seja possível escolher com exatidão uma das alternativas.



Descartes não é o único exemplo que pode-se encontrar na história. Destaco Pitágoras, Platão, Leonardo Da Vinci e Aristóteles. Ambos são mais conhecidos em uma área específica, mas abrangem tanto as exatas como as humanas e as biológicas. E assim levanto uma questão: se antes as pessoas se preocupavam apenas em conhecer, porque hoje nos preocupamos apenas em dividir? E pior, por que insistimos em considerar uma inteligência mais louvável que a outra?

“Todo mundo é um gênio. Mas, se você julgar um peixe pela sua capacidade de subir em uma árvore, ele vai gastar toda a sua vida

acreditando ser um estúpido”. Todos endeusam Einstein, mas ignoram essa frase genial. Musical, Corporal, Interpessoal, Linguística, Lógica, Naturalista, Intrapessoal e Espacial são oito tipos de inteligência que se dividem entre as pessoas, e o que faz uma ser mais louvável que a outra? O seu uso? Como ela se expressa? Ou simplesmente o preconceito que insistimos em carregar? E toda essa separação acaba por ser concretizada através do nosso atual sistema de ensino. Nele, você deve saber escrever e ter um pensamento lógico sobre tudo, se deve decorar tudo que se vê na escola.

Todavia, nem tudo pode ser aprendido de forma lógica, filosofia estética é um exemplo perfeito disso. Nem todo mundo tem uma memória boa o suficiente para lembrar tudo para a prova no fim do bimestre, imagine decorar tudo que se aprende em três anos para fazer uma prova a nível nacional. E há também as pessoas que falando são envolventes e claras, mas passar todo esse conhecimento para o papel pode não ser tão simples.

Todos deveríamos ser um pouco mais “de humanas” e nos preocupar com a sociedade, afinal, é nela que vivemos. Política, antropologia, filtragem de informações são exercícios que todos deveriam exercer. E todos também deveriam ter uma noção básica das simples operações matemáticas, entender conceitos químicos que podem facilitar a vida e entender a física por trás das próprias ações. E quanto às habilidades particulares de cada um, toda e qualquer aptidão é tão importante quanto qualquer outra. Devemos fazer o exercício de desconstrução dos nossos profundos preconceitos e refletir sobre o que é fato ou apenas especulação. Sigamos o exemplo de Descartes e aceitemos como verdadeiro aquilo que é de fato inquestionável.



A CIÊNCIA COMO INSTRUMENTO POLÍTICO DE DOMINAÇÃO

Profº Lucas Strugala

“Estou convencido que nem a ciência nem a tecnologia podem satisfazer as necessidades espirituais a que todas as possíveis religiões procuram atender”.

Arnold Toynbee

“A ciência, que devia ter por fim o bem da humanidade, infelizmente concorre na obra de destruição e inventa constantemente novos meios de matar o maior número de homens no tempo mais curto”. (Liev Tolstói)

As frases acima referem-se a um físico, um astrofísico, um geneticista, um antropólogo e a um escritor. Tais orações evidenciam o caráter multifacetado do que é a ciência, vemos que ela pode ser concebida como “um meio de acessar e criar novos mundos”; uma espiritualidade; não se deve colocar a ciência como antagonista a religião; a ciência não é um saber apartado de outros saberes e que a ciência também é usada para fins de extermínio.

Por aí vê-se que a ciência é um fenômeno humano que deve ser objeto de estudo da Antropologia, saber este que faz a seguinte questão “O que é o Homem”? Sendo assim, a ciência é um ótimo assunto para entendermos o mundo atual e todas suas controvérsias.

A Ciência no Ocidente

A ciência, tal qual a concebemos hoje, surgiu entre os séculos XVI e XVIII na Europa, período este que passou a ser conhecido como Revolução Científica, sendo um fruto das profundas transformações políticas, econômicas e culturais desta época. Quem nunca estudou ou já escutou nomes como Nicolau Copérnico, Isaac Newton, Giordano Bruno, Galileu Galilei? Pois então, eles são dessa fase.

É muito fascinante as Leis de Newton, o Heliocentrismo de Copérnico, que foram verdadeiras revoluções no modo de pensar europeu. O lado bom da ciência é esse, o quão belo pode ser suas constatações para o conhecimento. As descobertas científicas moldaram a modernidade. Já imaginou um mundo sem luz elétrica, sem carros, sem computadores, sem avião? Pois bem, devemos ao conhecimento científico tudo isso.



Quem já não se maravilhou com a ciência que atire a primeira pedra. Quem já não se admirou com a Teoria do Big Bang, Teoria da Evolução, Teoria da Relatividade? O conhecimento científico é um dos pilares da civilização ocidental moderna e é um dos principais símbolos de nossa época.

No presente trabalho, pretendo expor como o discurso científico pode ser usado para fins nefastos e de como a ciência é uma forma de poder em detrimento de outros saberes. Para tal, farei um breve apanhado sobre a história da ciência por um viés antropológico e expor que a ciência é apenas uma forma de conhecimento entre infinitos outros que concebem a experiência humana.

O que é Ciência?

“A ciência explica a natureza e cria novos mundos que não percebemos com nossos sentidos”. (Marcelo Gleiser)

“A ciência não é só compatível com a espiritualidade; é uma profunda fonte de espiritualidade”. (Carl Sagan)

“Uma das grandes tragédias de nosso tempo é a impressão criada de que ciência e religião precisam estar em guerra” (Francis Collins)

“Os cientistas estão muito arraigados a sua cultura e esta cultura não é virgem, ela também toca em outras culturas e práticas”. (Bruno Latour)

Mas por outro lado, a trajetória do pensamento científico também é marcada por calamidades, catástrofes e atrocidades. A ciência foi usada como pretexto para colonizações. Por exemplo, no início da Conquista da América pelos europeus no século XVI a questão era catequizar os índios, pois eles não tinham “nem alma, nem lei, nem rei”. Já no imperialismo do século XIX, a desculpa usada foi o “progresso e a tecnologia”. Os europeus estariam levando o progresso da civilização para outros povos.

Teorias racistas no século XIX tinham o respaldo de grande parte do campo científico, o que levou anos depois às atrocidades nazistas na Segunda Guerra Mundial, que mobilizou grande parte dos cientistas alemães da época. Outro exemplo de como a ciência pode ser usada para fins perversos é a bomba atômica usada nas cidades de Hiroshima e Nagasáki também na Segunda Grande Guerra.

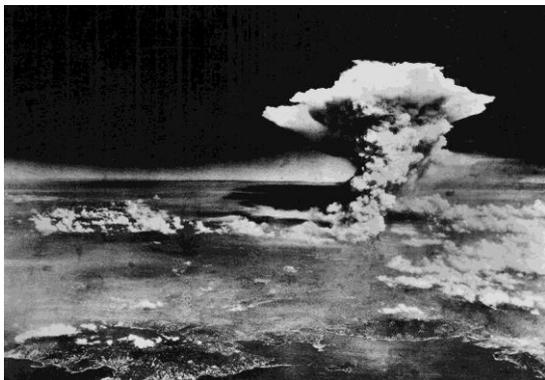


Imagem da nuvem atômica sob Hiroshima, 1945.

Como podemos ver, a ciência não é neutra, ela é um conhecimento que pode ser usado para fins políticos, com o objetivo de atender a paixões e a orientações ideológicas. Por isso ela pode ser usada tanto para o bem como para fins nefastos, pois é fruto de obra humana. Por essas razões, a Antropologia questiona sempre o discurso de que a ciência é a única forma de saber válida e que os demais saberes não têm a mesma eficácia e/ou a mesma importância. Por ser uma disciplina que desde seus primórdios procurou entender outras formas de se viver em sociedade é que a Antropologia constata que outras formas de pensamento são igualmente válidas assim como o discurso científico. É o que veremos a seguir.

Ciência: um discurso político

A Antropologia surgiu como uma disciplina em que se propôs estudar os povos ditos “primitivos”. Hoje utilizamos primitivos entre aspas porque justamente o conhecimento

antropológico chegou à conclusão que tais populações nada têm de primitivo, apenas tem outras formas de se viver em sociedade.



O conhecimento dos povos tradicionais é um dos objetos dos estudos em antropologia.

O preconceito contra as populações indígenas, por exemplo, em dizer que eles não possuem ciência, nem medicina é a prova de que a ciência tal qual a entendemos é um discurso político. São inúmeros os estudos de antropólogos com essas populações que atestam que eles têm saberes diferentes do nosso, que são tão eficazes quanto.

Mas alguém pode dizer que muitas vezes eles são atendidos por médicos brancos, porém esquecem que grande parte do conhecimento da indústria químico-farmacêutica vem dos conhecimentos de populações tradicionais, que se utilizam do conhecimento indígena sobre as plantas da floresta.

Portanto, dizer que o conhecimento científico é o único válido é preconceito. O conhecimento científico é fundamental, mas não é o único. Os saberes tradicionais, o saber religioso e tantas outras formas de saber são tão válidos quanto.

Concluindo, a mensagem antropológica é a de combater os preconceitos, seja ele de que natureza for. Quando alguém dizer que o chazinho da avó e que um ritual de purificação indígena não é eficaz, lembre-se: Isso é preconceito.

Referências bibliográficas:

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

HANNAH ARENDT EM QUATRO CAPÍTULOS

CAPÍTULO 3: POLÍTICA E CONHECIMENTO SEGUNDO ARENDT

Prof^o Vilma L. Dolinski



Em continuidade ao curso sobre política, nesta edição analisaremos as críticas de Arendt ao conhecimento científico e a relação deste com a política.

No primeiro capítulo explicamos que a autora entende ser a natalidade a essência da política porque precisamos preservar e preparar o mundo para as gerações futuras.

No segundo capítulo entendemos que a educação é inseparável da política porque é por meio dela que recebemos e preparamos as novas gerações. A política é a construção do mundo em conjunto, ou seja, do espaço público. A educação começa na privacidade familiar, mas é a escola, ou o que atualmente chamamos de educação básica, que faz a ponte entre o privado e o público, daí a relevância política da educação.

O que trataremos neste capítulo tem estreita relação com a educação porque diz respeito ao ensino superior, às universidades e seus cursos de graduação e pós graduação porque é nestes espaços que se produzem as teorias científicas que em seu conjunto formam a verdade científica tão respeitada em nossa sociedade.

A maioria de todo conteúdo ensinado às nossas crianças e adolescentes na educação básica, desde o jardim de infância até o fim do ensino médio é conhecimento científico, só por isso já

constitui uma questão política de grande relevância: Por que é necessário que as novas gerações conheçam e pratiquem esse tipo de conhecimento? Esse conhecimento contribui para a formação e realização humana? Conforme vimos no capítulo anterior, um ser humano com boa formação escolar é aquele que aprendeu o pensamento crítico e é capaz de avaliar e decidir, ou seja, ter autonomia, principalmente política, uma vez que vivemos numa democracia. O conhecimento científico, tal como é produzido e ensinado, colabora para a emancipação e formação humana ou seria ele o principal entrave que impede o(a)s cidadã(o)s da participação e exercício da vida política?

Voltando novamente ao capítulo anterior para apanhar o fio que irá nos conduzir aqui: a crise na educação. O fato de jovens saírem da educação básica, às vezes até do curso superior com dificuldade de leitura, escrita e cálculo é o que denuncia esta crise.

No entanto a crise não está só na educação, mas em todos os campos de nossa vida, principalmente política. O mundo está em crise há muito tempo. Para Hannah Arendt o que nos mantém na crise é a alienação, que, segundo ela é a principal característica do mundo moderno. Em sua obra “*A condição humana*” capítulo VI – “*A Vita activa e a era moderna*”, que passamos agora a analisar, diferencia era moderna de mundo moderno. Explica que a era moderna corresponde ao período entre o séc. XVII e XX que originou o mundo moderno o qual se caracteriza pelas explosões atômicas e alienação da terra para o universo e do mundo para dentro do próprio “homem¹”. Entende ela que a era moderna surge a partir de três grandes eventos:

1. Navegações: exploração de toda a terra e conseqüente encurtamento de distâncias que propiciou a representação do globo terrestre de forma a caber na palma da mão;

¹ É preciso mencionar que estamos falando da cultura ocidental cujo núcleo é a Europa, portanto este termo “Homem” se refere ao europeu do sexo masculino.

2. Reforma: expropriação da terra com conseqüente perda de fé e a propriedade privada;

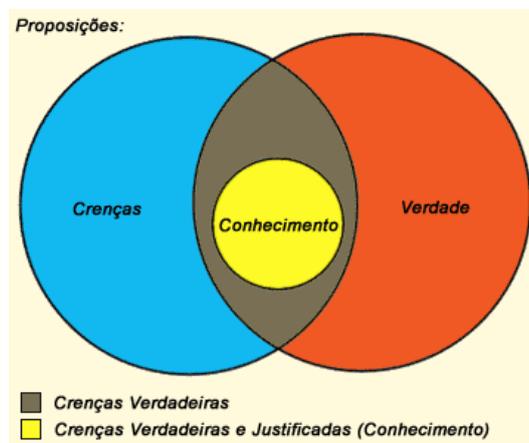
3. Invenção do telescópio: fato que dá início à ciência caracterizada pela capacidade de observação no sentido de “ver de longe”, distanciando-se do mundo, principalmente da terra. Isso levou o ser humano a ficar suspenso, sem um mundo onde se apoiar. Voltou-se para dentro de si na tentativa de se apoiar e se equilibrar ou se auto sustentar nesta situação de suspensão ficando assim totalmente alienado do mundo e de si mesmo, porque ao voltar para dentro de si só encontra seu “metabolismo corpóreo” e seus “processos mentais”.

Todos esses eventos levaram à alienação do ser humano em relação a terra e à si mesmo. A invenção do telescópio é a mais significativa do ponto de vista do conhecimento porque desencadeou uma grande crise ao confirmar as especulações e negar as aparências. Durante muitos séculos, ou até milênios, a teoria aceita como verdadeira estabelecia a terra como o centro do universo finito e fechado. Porém, sempre houve especulações que sugeriam outras possibilidades, como por exemplo Aristóteles que supunha ser a terra redonda devido às sombras projetadas na lua. Não passavam de meras especulações que não se sustentavam perante os sentidos que percebem o sol girando em torno da terra imóvel e firme. Até que Galileu, que não era nem cientista e nem filósofo, mas um mero artífice, ou melhor, *homo faber*, constrói uma luneta, instrumento capaz de ampliar os sentidos humanos e capacitar o olho a enxergar além das aparências.

Platão ensinou que não devemos confiar nas aparências porque são falsas ou escondem a verdade, a qual só pode ser alcançada com a teoria (visão intelectual). Por isso a fé na verdade para além da aparência parecia inabalável. Vivia-se num mundo de aparências estável com total confiança que a verdade seria encontrada e/ou revelada, era só uma questão de tempo para se penetrar a eternidade do mundo supra lunar. Acreditava-se que havia éter lá porque há milênios já se observava os corpos celestes que permaneciam do mesmo tamanho e vistos nos mesmos lugares, o que levou os antigos a concluir que lá o espaço é composto por um elemento que conserva os corpos, diferente do espaço sublunar onde tudo se transforma e corrompe-se.

Quando Galileu aponta seu telescópio e consegue enxergar além da 7ª esfera celeste e encontra mais corpos celestes lá adiante do que se

acreditava ser o limite do mundo, comprova a infinitude do universo e de outras especulações como o fato da terra ser redonda e girar em torno do sol. Só foi possível conceber o novo modelo de mundo imaginando-se fora da terra, adotando o ponto de vista do sol, foi assim que Copérnico “inventou” o sistema solar. E isso muito antes de qualquer espaçonave sobrevoar a terra e quando não existia satélite já se tinha a ideia de como era a terra vista do espaço.



Esse tipo de conhecimento, hoje chamado de científico, que comprova suas teorias por meio de testes instrumentais, revolucionou a vida dos seres humanos ao destruir a teoria geocêntrica do universo e com ela todo o sistema político e religioso da época. Deixou o ser humano suspenso no espaço infinito mergulhado em dúvidas. Quem suporta uma vida assim? Queremos certezas, queremos verdades que nos sirvam de consolo e apoio. Onde buscar? Tanto o telescópio quanto o microscópio mostram que por traz da aparência vem outra aparência, depois outra e outra, como a célula, o átomo, etc. Nem o infinitamente grande ou pequeno nos levam a verdades, apenas a possibilidades.

As certezas matemáticas se mostraram verdadeiras e inabaláveis na época, principalmente a Galileu que dizia ser a matemática a linguagem da natureza e, portanto seria a chance de acesso à verdade. Descartes, principal filósofo da era moderna também concorda e faz da dúvida um método que o levará à verdade. Estabeleceu como critério que tudo o que pudesse duvidar não seria verdadeiro e quando encontrasse algo que não fosse possível duvidar tomaria como verdadeiro. Duvidou dos sentidos porque não nos ajudam a distinguir a realidade do sonho, e também de Deus porque criou no ser humano a noção de verdade e outras faculdades que o impedem de encontrar qualquer verdade.

Não temos mais certeza de que encontraremos a verdade, não é mais possível ser encontrada porque sempre se esconderá de nós, não a alcançaremos. Finalmente Descartes percebeu que não podia pôr em dúvida o fato de estar duvidando e tomou isso como prova real de seu ser pensante: a consciência de si ou introspecção. Chegou à certeza da realidade das sensações e raciocínios, bem como dos processos mentais e biológicos, ou seja, do funcionamento de nosso corpo, Neste processo introspectivo a realidade e os objetos são como sensações.

A dúvida surge do assombro diante de tudo o que é como é. O pensamento moderno é ramificação e manifestação da dúvida. A filosofia tradicional buscava atingir a essência do real (verdade) por meio da razão – contemplação racional – ou por meio dos sentidos – observação empírica. A atividade de fabricar e fazer do *homo faber* criou o telescópio e com ele uma nova concepção de realidade. A verdade por traz da aparência só é atingida com um instrumento que interfere e elimina as aparências.

Conceito tradicional de verdade é evidência, o que significa que a verdade se revela por si mesma à percepção dos sentidos, ou à razão ou à fé. O ser humano tem capacidade de conhecer a verdade. O senso comum funciona como um sexto sentido que integra o ser humano à realidade. Aparência esconde o ser estático.

Conceito moderno de verdade continua sendo a evidência só que agora precisa ser demonstrada. A verdade não se revela por si mesma e nem a realidade porque ser e aparência são diferentes, o que justifica a dúvida universal. O ser é ativo e energético, cria aparências como armadilhas que os instrumentos capturam e desmascaram.



Conhecimento, agora (era moderna) é observação do ponto de vista universal e por meio

de instrumentos que nos fazem transcender as aparências, substituindo os sentidos (empirismo) pelos instrumentos e o pensar (racionalismo) por cálculos matemáticos. A ciência natural (geofísica) que vê a natureza do ponto de vista universal é substituída pela ciência universal (astrofísica) que importa processos cósmicos para a natureza, equipara a terra aos corpos celestes – elimina a diferença entre mundo supra lunar e sub lunar democratizando todos os espaços – libera o “homem” da experiência terrena e possibilita a experimentação que por sua vez é possibilitada pela matemática enquanto cálculos mentais.

Assim, o “homem” mesmo estando na terra, age como se estivesse fora dela, vê e observa a terra do universo e passa a tratá-la deste modo, como se não dependesse dela, como se fosse um extra terrestre. Esquece que a terra é sua principal condição de vida.

Assim como outrora o “homem” criou deuses à sua imagem e semelhança, agora cria ETs também à sua imagem e semelhança. A ciência universal tem o poder de destruição da vida orgânica e também de criar vidas e universos virtuais, por exemplo ocupar o espaço com satélites que são as estrelas artificiais. Na astrofísica a matéria é o mesmo que energia. O que é universal é válido para além do sistema solar, o universo é o absoluto e a terra é o relativo.

O conceito de Deus, na modernidade, é de um mecanismo que faz tudo funcionar e se revela na natureza pela linguagem matemática do cálculo e dos símbolos. Deus é uma máquina. Esse modo de pensar compensa o pesadelo de que a realidade pode não passar de um sonho. O sonhador existe e suas sensações são reais, isso é o que podemos chamar de introspecção. O ser humano não pode conhecer a verdade como algo dado e revelado, mas pode conhecer o que ele próprio faz. Ele faz máquinas. É a revolução industrial.

O conceito de “Homem” é de um ser de origem universal que vive em condições terrenas, olha e age sobre a terra do ponto de vista do universo, porém não pensa em termos universais absolutos.

Há uma dicotomia entre ser humano e o universo: a capacidade de compreensão humana não atinge a compreensão das leis universais que ele manuseia, portanto age sem compreender, guiado por fé. A capacidade de observação levou o “homem” ao ponto de vista do universo. Lá ele encontra a sua própria mente e despreza a natureza.

As verdades que eram e são adquiridas pelos sentidos são reduzidas à símbolos matemáticos, os fenômenos e objetos do conhecimento são construções mentais. Raciocinar significa agora prever conseqüências, deduzir, concluir, etc. O que torna o ser humano um processo. A verdade para a modernidade é instrumentos e fabricação. A questão não é mais o que uma coisa é e como veio a existir. A questão é: como veio a existir? A resposta se encontra na experiência que repete processos naturais, porém imitar não é conhecer. Produtividade e criatividade ocupam o lugar da contemplação que tinha por objeto de estudos os movimentos eternos, a natureza e o universo. O conhecimento produtivo quer compreender os processos e a história da natureza e do universo. Processo de evolução e função de cada coisa no processo. O ser é processo. O ser manifesta-se, o processo esconde-se.

A ciência moderna se tornou uma questão política e moral, logo filosófica, quando afetou e mudou a mente humana. A questão moral está no fato de que antes podíamos mentir porque um dia a verdade se manifestará, agora não podemos mentir porque só há verdades em nós, por isso temos que ser verazes, e ninguém mais que o cientista o é. A partir disso temos que as virtudes morais da modernidade são: veracidade, industriiosidade e sucesso. Disso resulta a influência moral dos cientistas – eles são os únicos que dizem a verdade porque criam hipóteses (teorias) que testam e se obtém sucesso (aplicação prática) então é verdadeira.

Dessa forma o conhecimento moderno desliga-se do senso comum. Segundo Arendt *“Senso comum é o sentido através do qual todos os outros, com suas sensações estritamente privadas, se ajustam ao mundo comum, tal como a visão ajustava o homem ao mundo visível, passava a ser uma faculdade interior sem qualquer relação com o mundo.”* (ARENDDT, 2008 p. 296).

O que os seres humanos têm em comum hoje é a faculdade de raciocínio e senso comum se tornou um senso interior. Esta é a razão pela qual o conhecimento é algo estranho e incompreensível para a maioria do(a)s estudantes. A condição humana é pensar e sentir.

O pensamento moderno separou-se dos sentidos. A tecnologia que demonstra a verdade dos conceitos científicos é produto da mente humana que criou realidades hipotéticas, mas não nos dá acesso à própria realidade. As realidades

criadas pela experimentação científica aprisionam o ser humano em sua própria mente. Existem coisas das quais não podemos formar uma imagem e, portanto não podem ser representadas. Não há como transcender o mundo material em conceito e pensamento porque não há o mundo dos sentidos e nem o mundo transcendental. (ARENDDT, 2008 p. 301). A concepção de mundo moderno (universo) é inimaginável.

Na obra “A vida do espírito” Arendt aprofunda a ideia de que o senso comum é o sexto sentido que dá sustentação à realidade. Ela diz que toda aparência é uma emissão para receptores. Todas as coisas se mostram a mim e aos outro(a)s, isso garante a realidade independente de minha percepção. A realidade é formada e garantida pelos cinco sentidos, compartilhamento pelos outros seres da mesma espécie que também percebem de maneiras diferentes e dão significado e seres em geral que atestam a identidade. *“A propriedade mundana que corresponde ao sexto sentido é a realidade”* (ARENDDT, 2008 p. 68).

Sexto sentido não é sensação, é contexto. É invisível, como o pensamento também é e lida com invisíveis por isso a realidade se relaciona com pensamentos. A realidade é o senso comum. O senso comum nos dá o sentimento de realidade. O intelecto apreende o que é dado pelos sentidos, a razão é saber o significado. O intelecto é cognição, estabelece critério de verdade e busca a verdade, o pensamento quer o significado. A busca de significado do pensamento e a busca de verdade do conhecimento estão relacionados. O pensamento é a condição a priori do intelecto, é especulação. A ciência é um prolongamento do senso comum.

A partir destas ideias de Hannah Arendt podemos ter uma noção de como o conhecimento científico dificulta o exercício político e contribui para a alienação, principal característica de nossa época. Primeiramente é preciso salientar que o conhecimento científico é importante e relevante para nossa existência. O que está sendo contestado e criticado é o status que adquiriu em nossa sociedade. Segundo Arendt ele é produzido por *“...um dos mais potentes grupos geradores de poder em toda a história. Mas a ação dos cientistas, que intervém com a natureza do ponto de vista do universo e não com a textura das relações humanas, não tem o caráter revelador da ação e nem a capacidade de produzir histórias e tornar-se histórica – caráter e capacidade que, juntos, constituem a própria fonte de sentido da existência humana.”* (ARENDDT, 2008 p. 337).

Daí a necessidade de refletirmos sobre os feitos científicos e a maneira como o senso comum se apropria, ou não, das suas realizações. Enquanto um(a) adolescente não entender o significado da fórmula da água (H₂O) isso continuará sem sentido para sua existência, porém o problema reside na crença que o(a) adolescente adquire na escola de que a verdade da água é H₂O e não no que os seus sentidos dizem, que a água existe para matar a sede de plantas e animais e não é produto criado por cientista e seus financiadores.

É urgente a revisão da forma como os conhecimentos científicos são ensinados na educação básica e até mesmo a relevância de tantas fórmulas, cálculos e textos decorados para serem despejados em concursos e provas sem nenhum significado para a existência e, pior, só fazem contribuir para a alienação.

Precisamos adquirir confiança em nossos conhecimentos que dão sentido a nossa vida e nos tiram do preconceito de achar que só os cientistas sabem resolver nossos problemas. Os problemas existenciais são resolvidos a partir de nossa capacidade de avaliação e julgamento e não com cálculos e fórmulas mirabolantes, capacidade essa que todo e qualquer ser humano tem e pode desenvolver se tivermos um bom sistema educacional que não priorize um único tipo de conhecimento, mas que seja voltado ao desenvolvimento das potencialidades humanas em geral (razão, sentimentos, espiritualidade, intelectualidade e outras).

A ciência não resultou de necessidades ou interesse em melhorar as condições de vida. A tecnologia é acidente causado pela busca de conhecimento inútil. Os cientistas são seres humanos comuns com potenciais e limitações, apenas tem sede de conhecimento e não medem esforços para conseguir. Não estão preocupados com o que é certo ou errado, bom ou mau para as pessoas. Por exemplo, não foi preocupação com casais que não podem ter filhos que deu origem a inseminação artificial. Por isso não podemos entregar a cientistas a tarefa de decidir o que é melhor para nós. Outros conhecimentos, principalmente o artístico, precisam ser valorizados e ganhar mais espaço nos currículos.

Referências:

ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução de R. Raposo. 10ª Ed. RJ: Forense Universitária, 2008.

_____. *A vida do espírito*. RJ: Civilização Brasileira, 2008.

ADEODATO, J. M. L. *O problema da legitimidade no rasto do pensamento de Hannah Arendt*. RJ: Forense Universitária, 1989.

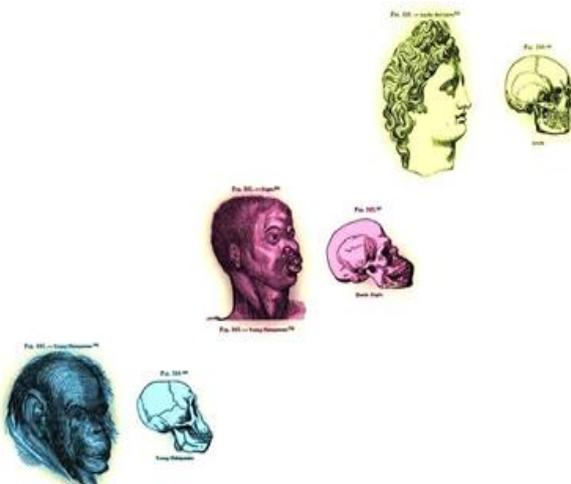
DUARTE, A. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. SP: Paz e Terra, 2000.

KOYRE, A. *Do mundo fechado ao universo infinito*. In

<https://fpa2014.files.wordpress.com/.../koyrc3a9-alexandre-do-mundo-fechado-ao-un>

RAÇA COMO DISCURSO CIENTÍFICO E O RACISMO INSTITUCIONAL

PROFº NEY JANSEN



Quando falamos em desigualdade isso significa que determinadas posições sociais podem ser econômicas, sociais ou políticas. Tais desigualdades conferem vantagens ou desvantagens de acordo com o lugar ocupado na estrutura social e revelam a existência de desigualdades com base em atributos socialmente construídos. Vejamos a história abaixo:

José Luiz, operário metalúrgico de uma montadora de veículos multinacional, trabalha durante o dia e, de noite, estuda no ensino profissionalizante, do curso técnico em edificações. José Luiz tem o sonho de cursar uma faculdade, de

engenharia. No dia 10 de março de 2016, José Luiz voltava para casa após o curso. Após caminhar alguns metros por uma via principal onde iria esperar seu ônibus, José Luiz é abordado por dois policiais que lhe dão uma chave de braço e gritam: *“afasta as pernas vagabundo”*, um deles com uma arma em punho. José Luiz retruca: *“você não podem agir assim, não sou criminoso, sou trabalhador”*. Tenta se desvencilhar e tem seu braço torcido. Sua mochila é revistada.

José Luiz retruca: *“eu tenho o direito de ver o que vocês estão fazendo com meus pertences”*. Ouviu como resposta: *“olha só, o neguinho acha que é gente, doutor?”*. José Luiz tomou pancadas na cabeça e no corpo com cassetes. Após ser posto no camburão por *“desacato a autoridade”*, José Luiz pegou seu celular e começou a escrever: *“estou sendo levado por dois PMs pra delegacia, socorro”*. Na hora, o policial furioso arranca o celular de suas mãos e o golpeia com força na cabeça com as mãos fechadas.

Na delegacia é enquadrado por desacato a autoridade e resistência a prisão. Após algumas horas detido o delegado chama José Luiz, confere seus documentos diz: *“não faremos BO rapaz, foi um engano. Mas veja, com esse seu cabelo black power você espera o quê? Vai tomar geral sempre”*.

A história acima é ficcional. Porém, a história de José Luiz pode ser a história de centenas de milhares de trabalhadores e jovens, homens e mulheres, meninos e meninas, pobres e/ou negros.

Essa história acima foi inspirada no caso ocorrido com o jovem negro Renato Almeida Feitas Junior, ocorrida em Curitiba-PR, retratado pelo jornal local Gazeta do Povo em 05/09/2016. [1] Renato foi abordado por dois policiais por estar ouvindo rap na praça pública e foi enquadrado por perturbação a ordem pública e desacato a autoridade. Renato, que é advogado, formado pela UFPR, ao ser abordado, pôs as mãos na cabeça, o que não impediu a abordagem truculenta. Foi algemado (mesmo sem oferecer resistência), chamado de *“neguinho”* e desdenhado quando disse que era advogado. Levado a delegacia, teve sua roupa arrancada e jogado em uma cela.

Mas, de onde vem essa representação social? Ah, é o racismo! Sim, é racismo, mas como interpretar sociologicamente o fenômeno do racismo nas sociedades contemporâneas?

Estigmas e Estereótipos

Muitos já ouviram a expressão: *“Ah, isso está estigmatizado, tal sujeito é estigmatizado”*. A palavra estigma surgiu na Grécia Antiga, onde designava sinais corporais (como cortes e queimaduras a ferro) feitos em criminosos e traidores para marca-los negativamente perante toda a sociedade. Portadores de uma marca visual irreversível, os estigmatizados eram para sempre evitados em locais públicos. Apesar de já não designar necessariamente um sinal físico, a palavra, tal como usada hoje em dia, não está muito distante do sentido original. [2]

Ainda chamamos de estigma toda condição, atributo ou traço que faz com que seu portador seja visto de maneira negativa por determinados grupos, e em determinadas situações. Ser preto, pobre, homossexual, são exemplos de atributos sociais negativos marcados pela discriminação, que visa atribuir a indivíduos ou grupos comportamentos desviantes.

Em seu uso social, o estereótipo é uma simplificação, ou mesmo um exagero, na descrição de uma categoria de indivíduos ou de um indivíduo dentro de uma categoria, como uma identidade preestabelecida. Exemplos de visões estereotipadas sobre pessoas em função de seu pertencimento a um grupo social de referência são facilmente observáveis no dia a dia: *‘mulher não sabe dirigir’*, *‘homem não sabe cuidar de criança’* (com relação ao gênero); *‘ingleses são pessoas frias’* e *‘brasileiros são alegres’* (com relação à nacionalidade) e assim por diante. Esse olhar pouco atento aos detalhes e particularidades individuais (ou grupais) característicos do estereótipo é importante para a análise social porque é a origem de fenômenos sociais como o *etnocentrismo*. [2]

O termo raça ou racialização tem sua vinculação com as práticas colonialistas e etnocêntricas advindas das grandes navegações. Segundo Ginés de Sepúlveda, intelectual colonialista espanhol, século XVI:

“Os espanhóis têm todo o direito de exercer seu domínio sobre estes bárbaros do Novo Mundo e ilhas adjacentes, os quais em prudência, inteligência e toda espécie de virtudes e sentimentos humanos são tão inferiores aos espanhóis quanto as crianças com relação aos adultos, as mulheres com relação aos homens, pessoas cruéis e desumanas com relação a pessoas

mansas, pessoas desequilibradas com relação a pessoas equilibradas; e, enfim, estou prestes a admitir que com relação aos espanhóis estão na posição de macacos em relação aos homens. [...] São como porcos: estão sempre olhando para o chão, como se nunca tivessem visto o céu.

“Tudo isto não prova que eles são escravos de natureza? [...] Esses homenzinhos tão bárbaros, tão incultos, tão desumanos...” [3]

Porém, o termo raça sob fundamentação pseudo-científica surge três séculos depois do início da colonização e escravização dos povos ameríndios e africanos. Vejamos alguns exemplos das práticas racialistas no contexto pós-abolição da escravidão no mundo (final do século XIX, início do XX).

Racismo de segregação: África do Sul e Estados Unidos

Nos Estados Unidos e na África do Sul as práticas racialistas foram denominadas de racismo de aparação (segregação), de forma sensivelmente diferentes do Brasil.

Na África do Sul (Azânia, nome tribal), que foi invadida por colonos holandeses (chamados de africâneres) e depois ingleses conheceu no século XX um dos mais odiosos regimes de dominação social e racial: o *apartheid*. O *apartheid* durou legalmente na África do Sul de 1948 a 1990.



Portas diferentes para “Whites” e “Non Whites”

Segundo depoimento de Donald Woods no livro Biko:

[...] os nacionalistas africâneres aumentaram constantemente o peso maciço das opressivas leis raciais, criando centenas de regras e regulamentos do apartheid que proibem os negros de votar, de fazerem certos tipos de serviço, de se associarem politicamente, social ou

esportivamente com os brancos, de viverem nas cidades, de terem relações sexuais com os brancos, de mudarem de um lugar para outro à procura de trabalho, de fazerem campanha efetivamente contra o apartheid, de formarem sindicatos, de usarem os mesmos elevadores, entradas de edifícios ou banheiros públicos que os brancos, ou na verdade competir com os brancos em bases justas em qualquer setor significativo da vida. Os negros precisavam carregar passaportes internos, documentos especiais de identidade de notável complexidade, e podiam ser presos se não pudessem apresentar um passe corretamente endossado em todas as circunstâncias. [...] [4]

Na África do Sul na época do *apartheid* retratado em livro sobre o ativista negro sul africano Steve Biko (1946-1977), escrito nos anos 1970, 03 milhões dentre os 4,5 milhões de brancos, dominavam 16 milhões de negros, 1 milhão de indianos, 1 milhão de mulatos, e os brancos não africâneres e antinacionalistas. Segundo Woods:

Para que 3 milhões possam dividir e dominar mais de 20 milhões foi desenvolvida a política dos bantustans. Menos de 13% do território nacional foi posto de lado para criação dessas “nações”, com base na ideia de que se os 16 milhões de negros fossem divididos em cidadãos de nove “nações negras independentes”, eles deixariam de ser cidadãos da África do Sul, ficando os 4,5 milhões de brancos como o maior grupo racial da África do Sul. Assim, os 4 milhões de zulus foram declarados cidadãos da pequena “nação” de Kwa Zulu; os 4 milhões de xosas foram declarados cidadãos de duas “nações” xosas: Transkei e Ciskei; e depois de se livrarem desses dois grupos “étnicos” principais, os restantes foram declarados cidadãos de outras seis “nações”. [4]

Essa política dos africâneres que visava excluir dos direitos de cidadania a maioria negra na África do Sul, buscou dividir o povo negro pela sua descendência étnica, foi também aplicada em vários lugares na África muitas vezes de forma artificial, com a denominação de etnias que nem existiam mas eram denominadas por antropólogos classificadores que andavam ao lado dos colonizadores.

Nos Estados Unidos, particularmente no sul, vigoraram leis raciais de segregação muito similares as da África do Sul até os anos 1960. No país em que o presidente Abraham Lincoln (1809-1865) foi assassinado por escravagistas do sul durante a Guerra Civil e que se opunham ao fim da

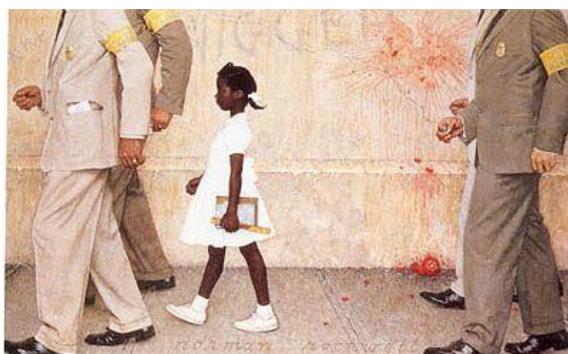
escravidão e a unificação do país, a questão racial sempre foi um dos elementos centrais da opressão social nos Estados Unidos. Vejamos dois exemplos históricos.

O racismo de apatenação teve como exemplo o caso de Rosa Parks (1913-2005), trabalhadora que se recusou a ceder seu lugar no ônibus a uma pessoa branca no dia 01/12/1965. O motorista do ônibus em que viajava Rosa Parks percebeu que havia três pessoas brancas em pé e, para mudar essa situação, resolveu mudar o sinal luminoso de identificação e que estava escrito *colored* (pessoas de cor) para que as pessoas brancas pudessem sentar. Três negros levantaram-se mas Rosa Parks recusou-se a ceder seu lugar para a pessoa branca. O motorista parou o ônibus e, após exigir que Rosa Parks cedesse seu lugar, chamou a polícia que a prendeu. Rosa Parks tornou-se um dos símbolos do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos. [5]



Rosa Parks fichada pela polícia em 1965

Outro exemplo foi de Ruby Bridges (1954-). Bridges, em 1960, aos seis anos de idade foi uma das seis crianças negras que passaram no teste seletivo para poderem estudar numa escola “branca”.



Fotografia histórica de Ruby Bridges sendo escoltada por policiais para ser levada a escola na Louisiana.

Em 1954 o Supremo Tribunal ordenou o fim da política do “separados mais iguais” que institucionalizava escolas para brancos e para negros (*colored*). Ao estado da *Louisiana* foi dado o prazo até 1960 para se regularizar tal situação. Várias escolas do sul dos Estados Unidos ignoravam tal decisão. Após a aprovação no teste seletivo (que os brancos imaginavam que as crianças negras que estudavam em escolas precárias não seriam capazes de passar) a polícia federal foi até a casa da menina de seis anos e a escoltou até o colégio.

Após chegar ao colégio, a menina de seis anos foi insultada aos gritos de que ali era uma área para brancos. Pais e mães furiosos retiraram seus filhos da escola. Naquele ano, apenas 05 crianças estudaram naquela escola, Ruby Bridges e mais 04 crianças brancas. [6]



Cena do filme Ruby Bridges

Racismo sob base “científicas”

As situações descritas acima estiveram vinculadas as teorias raciais que surgem no final do século XIX com fundamentações pseudo-científicas. Intelectuais como Arhur de Gobineau (1816-1882) e Cesare Lombroso (1835-1909) passam a advogar a existência de “três raças puras” (branca, negra, amarela) e suas variações. Essa classificação, inspirada indevidamente na biologia (ciência de grande prestígio no século XIX), considerava que determinadas raças seriam degeneradas psicologicamente, socialmente, fisicamente. Exames como craniometria (medir a circunferência do crânio) eram utilizados para se inferir que tais pessoas tinham pré-disposição ao crime por exemplo. Tais exames, por mais absurdos que sejam, eram chancelados com a autoridade do discurso científico, da medicina, do

direito. Anos depois, provou-se que Lombroso adulterava seus dados de pesquisa omitindo deliberadamente dados que conflitavam com sua teoria racial.

O fato que é importante o leitor perceber é que, quando a escravidão entra em declínio no mundo no final do século XIX, a ideia de segregação racial aparece para se segregar indivíduos formalmente livres e iguais.

As teorias racistas advindas de argumentos pseudo-biológicos, da medicina, no direito, deram suporte para as políticas de “eugenia” (contrária a mistura de raças), suportes ideológicos do nazismo por exemplo.

Brasil: teorias raciais, branqueamento, democracia racial

No Brasil tais teorias “raciais” estiveram presentes (principalmente entre 1870 e 1930) em discursos de intelectuais (como Nina Rodrigues e Silvio Romero).

Políticas públicas, Faculdades de Medicina e Direito, Museus, imprensa, no início do século XX pregavam contra a mestiçagem (associada a degeneração social e intelectual). Segue trechos abaixo que evidencia a argumentação de cunho biológico presente em instituições estatais no Brasil [7]:

"[...] a degenerescência, presente nos tifos híbridos na zoologia, pode ser com certa facilidade percebida nos grupos humanos... Longe dos tipos puros é com cuidado que deve ser analisada a miscigenação local"
Herman von Ihering, diretor do Museu paulista, Revista do Museu Paulista, 1897.

"Abrem-se-me então os olhos e percebo que taes homens já não vivem na innocencia paradisíaca e que as theorias de Jean Jacques Rousseau são meros sonhos. ...Os americanos não representam uma raça selvagem, representam antes uma raça degenerada que se tornou selvagem. ...Assim poucos séculos se passarão e o ultimo americano deitar-se-á. Se não se garantir a superioridade do sangue branco toda a população do continente definhará"
Revista do Instituto Histórico de São Paulo, 1904:53-4.

Depois foi a vez dos defensores do branqueamento da população brasileira e que incentivavam a imigração europeia como forma de se branquear o Brasil [7]:

"[...] o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução".

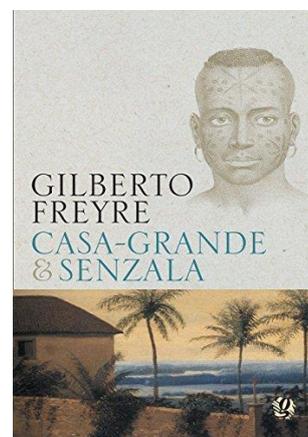
João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, representante brasileiro no Iº Congresso Internacional das Raças, realizado em julho de 1911.

Havia também os defensores de exames como a “craniometria” e “cromometria” para se definir se tais indivíduos tinham predisposição ao crime [7]:

"Para um povo de população heterogênea como o brasileiro, a identificação craniológica das raças adquire em medicina legal uma importância máxima"
Nina Rodrigues, artigo publicado em 1902 na Gazeta Médica da Bahia.

Várias epidemias que eram generalizadas na população brasileira -por conta da evidente ausência de políticas públicas de saúde- levaram sanitaristas no início do século XX a buscar associar tais males a uma suposta fraqueza biológica/racial do brasileiro. As expressões culturais afro-brasileiras e indígenas eram associadas a uma cultura de “atraso”, de selvageria, de primitivismo.

No Brasil, porém foi com a obra do sociólogo e antropólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987), com o clássico “Casa Grande e Senzala” que se nega a fundamentação racial baseado no determinismo biológico. A obra de 1933 é escrita no contexto do desenvolvimento da sociologia no Brasil mas ficou conhecida por defender a tese da “democracia racial”.



Capa do livro de Gilberto Freyre

Os estudos de Freyre se opunham a visão que a mestiçagem era a causa de atraso ou degeneração social ao enfatizar os efeitos positivos a miscigenação socio-cultural, da contribuição da cultura africana e indígena em vários aspectos da vida social (linguagem, culinária, musicalidade, ofícios, religião, etc). Porém, Freyre passava a descrever essa miscigenação socio-cultural como uma relação “adocicada”, “maleável”,

“integradora” como se tal relação fizesse do Brasil o “paraíso da miscigenação”. Regimes como o de Getúlio Vargas e a ditadura civil militar apropriaram-se dessa visão do Brasil como “paraíso tropical, abençoado por Deus” (para lembrarmos da letra do Jorge Ben Jor) da inexistência de conflitos religiosos, raciais, do brasileiro como um “povo pacífico”, etc.

Nos anos 1960, outro sociólogo, Florestan Fernandes (1920-1995) publicava “A Integração do Negro na sociedade de Classes” na qual critica a tese de uma democracia racial que considera inexistente, que servia para se justificar a posição de inferioridade do negro na sociedade. A principal argumentação era que a sociedade pós-abolição da escravidão incorporou de forma subordinada os negros na estrutura social.



Sociólogo Florestan Fernandes em passeata em defesa do ensino público

Linhas de cor e racismo institucional

O sociólogo estadunidense W. E. B. Du Bois (1868-1963) elaborou no início do século XX o conceito de “linha de cor” para descrever como o racismo produz uma separação (segregação) feita a partir da cor da pele das pessoas, permitindo aos mais claros ocuparem posições superiores na hierarquia social, enquanto os mais escuros serão mantidos nas posições inferiores, independentemente de sua condição (ou seus privilégios).

O conceito de racismo institucional derivado desta interpretação tem sido utilizado por diversos pesquisadores [8] nas áreas das ciências sociais contemporâneas para se descrever:

[...] como mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados – negr@s, indígenas, cigan@s, para citar a realidade latino-americana e brasileira da diáspora africana – atuando

como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeit@s nestes grupos.

Trata-se da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior.

O racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial. [9]

Podemos observar que o termo “raça” foi uma construção social, associada a aspectos fenotípicos, atreladas a estigmas e estereótipos socialmente construídos. O discurso da autoridade científica servia de justificativa não apenas para o neo-colonialismo das potências imperialistas europeias do século XIX e XX na África ou Ásia, mas como servia de justificativa para se segregar indivíduos formalmente livres e iguais nas sociedades pós-escravidão como nos Estados Unidos, África do Sul e Brasil.

Porém, os regimes segregacionistas que contaram com a atuação explícita do Estado como nos Estados Unidos e suas leis para os “brancos” e os “colored” e o apartheid na África do Sul são sensivelmente diferentes do caso brasileiro. Nesses países, a segregação ou a formação de guetos é facilmente observável.

Aqui, o racismo foi negado ou atenuado por visões que enxergavam o Brasil como o paraíso da miscigenação (democracia racial) e que mascararam os indicadores sociais como perfil do sistema prisional, violência policial e assassinatos, renda, escolarização, tipos de profissões, e que são marcadamente atravessados pelo quesito cor/raça como símbolo de posição social.

A segregação aqui existe, não esteve na lei no pós-abolição da escravidão, não esteve formalmente identificada com os dizeres *colored* ou *white*, mas é institucionalizada e perceptível.



O chamado “racismo institucional” impera na nossa sociedade, identificado como uma situação que pode ocorrer independentemente da vontade das pessoas (socialmente e culturalmente estabelecidos) através de certas práticas, visíveis nas instituições públicas e privadas, produzindo e reproduzindo uma hierarquia socio-racial.

Referências:

BOMENY, Helena. **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. Editora do Brasil. [2]

GAZETA DO POVO. **Preso por desacato, advogado ensina como lidar com a polícia**. 05/09/2016. [1]

GELEDÉS. **A pequena Ruby Bridges e a história do racismo nos Estados Unidos**. 07/09/2015. <http://www.geledes.org.br/a-pequena-ruby-bridges-e-a-historia-do-racismo-nos-eua/> [6]

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos Humanos e as práticas de racismo**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. 2013. [8]

SANTOS, Joel Rufino dos. **Raça e assimilação**. José Olympio, Rio, 1932. [3]

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espectáculo da Miscigenação**. Estudos Avançados. 1994. [7].

WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional: uma abordagem conceitual**. Realização: Geledés – Instituto da Mulher Negra. Parte 1: “Racismo, Racismo Institucional e gênero”. pp. 9-20. [9]

WIKIPEDIA. **Rosa Parks**. https://pt.wikipedia.org/wiki/Rosa_Parks. [5]

WOODS, D. **Biko: a história do líder negro sul-africano Steve Biko**. Best Seller. São Paulo. 1987. [4]

UM COMENTÁRIO SOBRE ORIGEM DO ORDENAMENTO JURÍDICO EM MAQUIAVEL.

Profº Marcus V. Ribinski



Qual é finalidade de uma lei? Qual é o fundamento filosófico que dá sustentação e dá suporte à autoridade que cria as leis e, em último grau, o sistema político-jurídico como um todo?

Em termos resumidos: o que é uma lei e o ordenamento jurídico como um todo?

Neste artigo, pretendo mostrar como Maquiavel pensa este problema a partir de duas de suas obras mais importantes: *O Príncipe* e *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Ao final dele, ficará claro que, para Maquiavel, a lei e o ordenamento jurídico tem uma finalidade: resolver conflitos e dar conta daquilo que foge às normas.

Maquiavel é um filósofo que pensa a política à luz dos embates sociais. Estes embates sociais podem ser pensados como um “campo de forças”. É lugar comum, especialmente a partir de uma leitura d’*O Príncipe*, dizer que Maquiavel não se preocupa com os princípios gerais do direito em detrimento da ação política direta a fim de preservar a unidade da cidade ou do principado. Cabe aqui mostrar que essa concepção não é consoante ao pensamento de Maquiavel de fato. Ao contrário: muitas de suas passagens indicam que a

lei é um de seus principais temas – e a ação política é diretamente condicionada por ela.

Maquiavel, especialmente nos *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, parece buscar constantemente um fundamento legal, uma normatividade da vida civil (aqui entendida, em termos gerais, como ordenamento jurídico e a lei em si mesma) que justifique a ação política. E esse ordenamento tem sua origem no próprio corpo social e nos conflitos que nele há.

Este artigo pretende mostrar, de forma breve e em linhas gerais, como este campo de forças, acima mencionado, é o princípio gerador da autoridade² do governante e, em última instância, da própria lei e do ordenamento jurídico como um todo. Para alcançar este fim, analisarei passagens das obras *O Príncipe* e *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, de Maquiavel.

Este campo de forças, em que Maquiavel parece enxergar a gênese da autoridade do príncipe e da lei, é um constante conflito entre os atores do campo social que compõem a cidade. A saber, o conflito entre os grandes e o povo. E este conflito já é, de antemão, insolúvel; há aqui uma assimetria de desejos; eles não se equalizam e o príncipe é incapaz de levar este conflito a termo; o conflito se define pelas vontades opostas que os grandes e o povo têm entre si; de um lado, os grandes desejam dominar e oprimir o povo.

De outro, o povo é movido pelo desejo de não ser dominado e oprimido pelos grandes. É isto que constitui o corpo social da cidade. No início do capítulo IX, Maquiavel afirma que “(...) em todas as cidades, existem dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo³;

Esta é a definição precisa deste conflito (ou campo de forças) que permeia toda a política maquiaveliana. E o papel do príncipe é o de mediá-lo e, na medida do possível, forçar um equilíbrio entre esses dois estratos sociais. No caso do principado civil (e, arrisco-me a dizer, isso vale também para uma república⁴), Maquiavel afirma que para dar conta de mediar os conflitos (e ter o apoio de seus concidadãos) “*não é necessário ter muita virtù, nem muita fortuna⁵, mas antes uma astúcia afortunada*”⁶.



Talvez essa astúcia afortunada tenha uma relação com a autoconsciência que o príncipe tem de sua autoridade fundadora. Saber que ele deve se fazer querido e desejado (tanto pelo povo, quanto pelos grandes). Em outros termos: talvez seja o tipo de virtude que é própria a um príncipe – que é compreender a natureza de sua autoridade⁷. Um tipo de virtude que estaria entre a *virtù* e a fortuna.

Uma boa chave de leitura para se compreender o estatuto do conflito social como gerador da lei é a análise que Claude Lefort faz da política maquiaveliana. Segundo Lefort, é essa noção de conflito que faz com que Maquiavel se distancie da tradição e funde uma nova teoria política. O conflito entre os grandes e o povo teria um estatuto propriamente político, e não meramente social. A leitura de Lefort Sobre

⁴ Newton Bignotto comenta que “*se o objeto d’o Príncipe é inequívoco – o príncipe novo -, nosso autor nos autoriza a pensar que a problemática da criação de novos principados não é diferente daquela da criação de novas repúblicas*”. (in: *Maquiavel Republicano*, p. 128). Assim, por extensão, já que todas as cidades se constituem do conflito entre grandes e o povo, e o papel do príncipe é mediar esta relação, acredito que fazer uso de uma astúcia afortunada valha para um principado civil, como para uma república.

⁵ Sobre a dicotomia entre *virtù* e fortuna, não tratarei longamente neste trabalho.

⁶ *O Príncipe*, p. 43.

⁷ Os grandes não possuem a mesma autoridade do príncipe, que é a de dar a lei e o ordenamento jurídico institucional e constitucional na cidade. Os grandes detêm um poder social (os termos são “reputação” e “potência”) que advém de sua posição de nobreza e, sobretudo, da propriedade privada que possuem.

² Em Maquiavel, a noção de autoridade possui um sentido específico: é a qualidade do governante em ser capaz de postular um ordenamento jurídico dentro de uma república ou principado; ter autoridade é ter a capacidade de estabelecer uma ordem legal em um Estado – o que é, em outras palavras, fundar o próprio Estado. Este tema é objeto dos capítulos VI e VII d’*O Príncipe*, em que ele trata de como se funda um novo ordenamento em um principado recém-conquistado. Maquiavel comenta que “*não há coisa mais difícil de se fazer, mais duvidosa de se alcançar, ou mais perigosa de se manejar do que ser o introdutor de uma nova ordem, porque quem o é, tem por inimigos todos aqueles que se beneficiam com a antiga ordem, e como tímidos defensores todos aqueles a quem as novas instituições beneficiaram*”. (in. *O príncipe*, p. 25.)

³ *O Príncipe*, p. 43.

Maquiavel é à guisa da leitura que Marx faz da sociedade; “*Todo mundo sabe, certamente, que Maquiavel concebe o poder em relação com a luta de classes.*”⁸ Alguém, a isso, poderia objetar tratar-se de anacronismo; porém Lefort justifica sua leitura com passagens do próprio Maquiavel a fim de compará-lo com teóricos políticos posteriores.⁹

A proposta de Lefort é a de que Maquiavel tenha pensado o poder sem relacioná-lo à cosmologia ou à teologia – daí seu caráter de distanciamento da tradição política clássica. Para Lefort, o poder (doravante entendido como autoridade do príncipe) é oriundo do conflito, que não se exprimiria, segundo sua leitura de Maquiavel, em termos sociais ou econômicos, “*a luta de classes [para Maquiavel] não está fundada sobre uma oposição de ordem econômica.*”¹¹ (ele não se exprime como uma extração de mais-valia ou da exploração de uma classe social), mas tem caráter exclusivamente político. E, como já foi mencionado acima, ele é insolúvel.¹²

“Desunião”, “tumulto” e “conflito” são termos intercambiáveis nos textos de Maquiavel para denotar uma mesma coisa: o embate entre os diferentes estratos sociais: os grandes, e o povo. O conflito é o motor que impulsiona a criação da lei e dá legitimidade à autoridade do príncipe.

Esta é uma tese nova sobre a origem da lei e que não está contida n’*O Príncipe*, mas nos *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Todavia, pode-se estabelecer um paralelo que traz solidez a esta tese entre o capítulo IV dos *Discursos* e o capítulo IX d’*O Príncipe*, em que Maquiavel afirma que é preciso deixar o conflito aparecer e que a boa lei é produzida pelo tumulto e é justamente isso que produz a *virtù*. A saber:

“(…) *quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe, parece censurar as coisas que foram a causa da primeira liberdade de Roma (...) em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se*

fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles (...) Portanto, não se pode dizer que tais tumultos sejam nocivos (...) E não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de virtù; porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação, das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam (...)”¹³

E, n’*O Príncipe*, a respeito da origem do principado civil, Maquiavel afirma que:

“*O principado provém do povo ou dos grandes, segundo a oportunidade que tiver um ou outra dessas partes. Quando os grandes percebem que não podem resistir ao povo, começam a exaltar a fama de um deles e o tornam príncipe para poder, sob sua sombra, desafogar o apetite.*”¹⁴

E, ainda,

“*digo que toda cidade deve ter seus os seus modos para permitir que o povo desafogue sua ambição, sobretudo as cidades que queiram se valer do povo nas coisas importantes.*”¹⁵

A importância dos tumultos – entendido como conflito – é que neles o povo tem como *desafogar sua ambição*. É no tumulto que o povo tem a oportunidade de fechar o comércio, deixar de trabalhar, e, principalmente, é capaz de se recusar a ir à guerra. É uma desordem que tem a capacidade de produzir a ordem – uma nova ordem, uma nova lei, já que é o príncipe que tem que dar conta disso e sua autoridade consiste em dar a lei. É por isso que, segundo Maquiavel, não se pode tomar esses tumultos de maneira negativa: são eles que produzem a ordem republicana e eles jamais serão perniciosos à ordem livre – já que essa é uma característica que define o povo em oposição aos grandes (a vontade de não ser oprimido)¹⁶.

Esta parece ser uma regra geral de que Maquiavel lança mão para justificar sua posição: toda cidade deve ter um meio pelo qual o povo pode *desafogar sua ambição*.

⁸ As Formas Da História, p. 142.

⁹ Como na citação número 2.

¹⁰ Tendo em vista a democracia contemporânea, Lefort afirma que o estatuto do conflito entre as diferentes classes sociais lhe é essencial. Lefort aponta que uma teoria deste tipo não está presente em filósofos como Carl Schmidt, nem em Rousseau etc. Mas já está presente em Maquiavel tendo um caráter fundador da lei.

¹¹ As Formas Da História, p. 142.

¹² Ao contrário do que propõe Marx, que afirma que o conflito social, nos termos da luta de classes, se resolveria com a revolução.

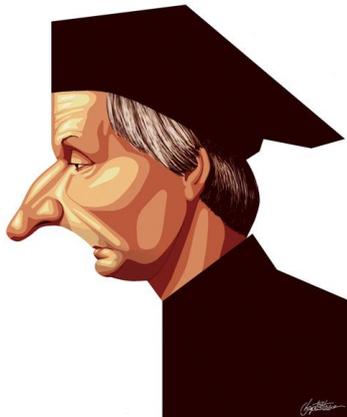
¹³ Discursos Sobre A Primeira Década de Tito Lívio, p. 22.

¹⁴ O Príncipe, p. 43.

¹⁵ Discursos Sobre A Primeira Década de Tito Lívio, p. 22.

¹⁶ Os grandes têm, também, a necessidade de desafogar suas ambições. Todavia, isso só parece dar-se no momento da formação do principado ou da república (ver nota 13).

Vale notar que o tumulto é algo que foge ao ordenamento jurídico. E é justamente por isso que ele é capaz de produzir ordenamento: o príncipe precisa dar uma lei (ou ordenamento) que dê conta deste evento extraordinário. É este algo extraordinário que produz o ordinário (entendido como ordem). E esta suposição parece fazer sentido, já que as passagens citadas dos *Discursos* estão em consonância com passagens d'O *Príncipe*, como mostrei acima.



Assim, fica brevemente fundamentada a teoria de que, para Maquiavel, é o conflito entre as classes sociais que é o motor gerador da lei e do ordenamento jurídico.

Referências bibliográficas:

Maquiavel Republicano / **Newton Bignotto**. – São Paulo: Loyola, 1991. – (Coleção filosofia; v. 19).

As Formas Da História / **Claude Lefort**. – Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes e Marilena de Souza Chauí – São Paulo: Brasiliense, 1990 (2ª ed.).

O Príncipe / **Nicolau Maquiavel**. – Trad. Maria Júlia Goldwasser; revisão da tradução: Maria Zélia de Almeida Cardoso. – 3ª ed. Totalmente ver. – São Paulo: Martins Fontes, 2004. – (Coleção obras de Maquiavel.)

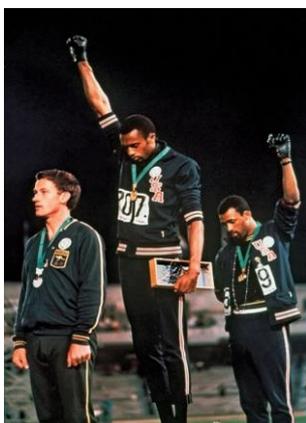
Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio / **Nicolau Maquiavel**. – glossário e revisão técnica Patrícia Fontoura Aranovich; trad. MF; ed. de texto Karina Janini. – São Paulo: Martins Fontes, 2007. – (coleção obras de Maquiavel).

RESENHA DE FILME PANTERAS NEGRAS

Profº Ney Jansen



Na Olimpíada do México de 1968, ficou famosa a foto (abaixo) de dois atletas, Tommie Smith e John Carlos medalhistas que fizeram a famosa saudação com o punho cerrado e envolto numa luva preta. Tratava-se da saudação símbolo da luta dos *Black Panthers Party*.



Formado em 1966, o *Partido dos Panteras Negras pela Auto-Defesa* foi uma organização da população negra nos Estados Unidos famosa por defender que se pegasse em armas em auto-defesa contra a brutalidade policial. Apoiando-se na legislação que permitia a posse de armas, os militantes dos Panteras Negras faziam o trabalho de “patrulha” contra a repressão e agressões policiais indiscriminadas e generalizadas contra a população negra.

O filme **Panteras Negras** (1995), disponível na internet, aborda essa importante história a partir de dois de seus fundadores, Huey P. Newton e Bobby Seale, dois jovens que se conheceram no início dos anos 1960, no *Meritt Junior College* em *West Oakland*. O movimento *Black Panthers* que usava uma Pantera como

símbolo e a frase “*All power to the people*” como lema, influenciou gerações, tanto nos Estados Unidos como em outros países.

O Movimento dos Direitos Civis

A formação dos Panteras Negras foi o resultado direto do desenvolvimento do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, que já estava em pleno vapor por mais de uma década antes que eles fossem criados e que tinham como lideranças Martin Luther King Jr, Malcon X (esses dois assassinados), Rosa Parks, entre outros.

O movimento nasceu em grande parte no sul dos Estados Unidos e em torno de demandas pela deterioração de serviços públicos como falta de ônibus, escolas, creches, moradias. Centenas de milhares de trabalhadores e jovens nas comunidades afro-americanas foram mobilizados para participar das manifestações. A atuação dos *Panteras* também envolvia a organização de programas comunitários como café da manhã e sapatos gratuitos para crianças e clínicas de saúde gratuitas a, principalmente, a denúncia e questionamento da repressão e assassinatos policiais nas comunidades, bem como os praticados pela *Ku Klux Klan*.

Tal foi seu sucesso que eles rapidamente cresceram para estimativas de 05 mil militantes liberados em tempo integral, organizados em 45 seções (filiais) por todo os Estados Unidos. No seu auge, vendiam 250 mil jornais toda semana. Pesquisas de opinião na época mostravam que os Panteras tinham 90% de apoio entre os negros nas grandes cidades. Seu impacto sobre a América Negra pode ser medido pela resposta do Estado: J. Edgar Hoover, então chefe do FBI, os descreveu como “*a ameaça número um à segurança interna dos Estados Unidos*”. [1].

Os Panteras perceberam que o movimento precisava progredir além das lutas pelas reivindicações imediatas e se dirigir aos problemas econômicos e políticos fundamentais que o povo enfrentava em suas vidas diárias. Suas lideranças chegaram à conclusão que o tipo de sociedade em que vivemos é baseada em uma pequena classe mantém todo o poder econômico e político e o usa para explorar a maioria.

A primeira tarefa de Seale e Newton foi sentar e escrever um programa político para os Panteras e que envolvia: a luta contra o racismo, contra a brutalidade policial, luta por moradias

descentes, creches, escolas, a isenção do serviço militar, pela retirada das tropas dos Estados Unidos no Vietnã, contra o uso de drogas nas comunidades.



Cena do filme Panteras Negras

O sucesso das atividades políticas e programas comunitários dos Panteras e seu enorme crescimento em influência e militância logo os colocaram sob o fogo do Estado americano. O FBI intensificou seus Programas de Contra-Inteligência contra eles. Ao lado das constantes prisões de seus membros, que interrompia o trabalho da organização e a esgotava financeiramente, o FBI infiltrou-se no partido e fabricou rivalidades e disputas entre seus diferentes membros.

A atividade política dos Black Panthers foi desarticulada pelos órgãos repressivos do Estado no final dos anos 1970 com prisões e assassinatos de lideranças.

Documentos discutidos no Congresso dos EUA em 1996, provaram que a CIA e o FBI utilizaram-se da introdução de drogas ilícitas despejadas nos bairros negros através de acordos com cartéis colombianos, para se desarticular o trabalho de base nas comunidades dos Panteras Negras. [2].

Os Panteras Negras entendiam que toda a base da sociedade americana tinha que ser transformada. Foi esta compreensão que lhes deu uma perspectiva revolucionária. Porém, divergências internas entre aqueles que acreditavam que a transformação revolucionária deveria ser levada a cabo por uma pequena minoria armada (influência das guerrilhas dos anos 1970) enquanto outros consideravam a necessidade de se construir uma organização de massas que pudesse ser sustentada por um longo período, levou a cisões entre os integrantes do Partido dos Panteras Negras.

A opressão racial nos Estados Unidos perdura até hoje. Lideranças do movimento negro

nos Estados Unidos como o jornalista Mumia Abu Jamal (1954-) encontra-se preso, condenado ao corredor da morte desde 1982. Abu Jamal, liderança do movimento negro da Filadélfia e que tinha um programa de rádio intitulado “a voz dos sem vozes” foi falsamente acusado de ter assassinado um policial branco em um processo viciado, com adulteração de provas e testemunhos.

Uma campanha nacional internacional pela sua libertação foi feita mas os donos do poder judiciário permanecem surdos. Em 2012 Mumia Abu Jamal saiu do corredor da morte, mas permanece preso.



Manifestação pela liberdade de Mumia Abu Jamal nos EUA

No Brasil, o livro *Ao Vivo do Corredor da Morte*, [3] lançado no Brasil pela editora Conrad (2001) escrito por Mumia da prisão, relata um pouco dessa história de repressão e opressão social e racial e que perdura até hoje contra a população pobre e principalmente negra, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil. No livro, Mumia mostra como os assassinatos, o sistema prisional e as condenações a morte são marcadamente pautados por uma visão racial.

A cativante história dos Panteras Negras nos leva a refletir quando a “voz dos sem vozes” ameaça desarticular o edifício do poder, o Estado busca garantir a “ordem”, a ordem de um sistema de dominação de classe e de opressão racial.

FONTES:

ABU-JAMAL, Mumia. **Ao Vivo do Corredor da Morte**. Ed: Conrad. São Paulo. 2001. [3].

DEL ROIO, José Luiz. **Mundialização e Criminalidade** in SEIBEL, S.D. (org). *Drogas: Hegemonia do Cinismo*. Ed: Memorial. São Paulo. 1997. [2].

WOOD, Adriane e RAJGURU, Nutan. **O partido dos panteras negras pela auto defesa.**

Link: <http://www.controversia.com.br/index.php?act=textos&id=8795> [1]

Para assistir: *Panteras Negras*. Legendado. Direção: Mário Van Peebles. EUA. 1995. 121 min.